

A Covid-19 e as mudanças na tecnologia, nos costumes e nas comunicações: indícios de novos paradigmas na sociedade e nas organizações?

Covid-19 and changes in technology, customs and communications: signs of new paradigms in society and organizations?

Covid-19 y cambios en tecnología, costumbres y comunicaciones: ¿señales de nuevos paradigmas en la sociedad y en las organizaciones?

**Razón
y Palabra**

e-ISSN: 1605-4806

VOL 25 N° 114 mayo - agosto 2022 Monográfico pp. 7-36

Recibido 02-06-2022 Aprobado 30-08-2022

Cristóvão de Souza Brito

Brasil

Universidade de Pernambuco – UPE

crisovaos.brito@upe.br

Orcid: 0000-0001-7635-1948

Fernando Pontual de Souza Leão Junior

Brasil

Universidade de Pernambuco – UPE

fernando.pontual@upe.br

Orcid: 0000-0001-5765-4011

Resumo

A pesquisa em tela, tem por objetivo analisar alguns impactos que a pandemia da Covid-19 produziu, ao se apresentar com um fenômeno marcadamente invasivo no modo de vida das pessoas e no ambiente das organizações, ao exigir, da sociedade global, o requisito da crescente necessidade de adaptar-se e de moldar-se ao seu caráter disruptivo e mimético, resultante de uma capacidade viral evolutiva imprevisível, geradora de variantes com elevado poder de contágio e letalidade. Utilizou, como método, uma revisão não sistemática de literatura onde se buscaram estudos recentes que mostrassem mudanças

concretas de comportamento de pessoas e organizações, causadas por ações governamentais, empresariais e sociais, necessárias à vida em um contexto epidemiológico pandêmico. O isolamento social e a guerra de narrativas mostraram a politização das ações de mitigação da epidemia por todos os atores envolvidos. Muitos impactos sociais e econômicos foram detectados e apresentados, mas em destaque, o trabalho conclui que houve um impacto negativo da guerra midiática de narrativas na atual situação social e econômica, e indica que são necessárias ações concertadas por parte do governo, dos empresários e da sociedade em geral. Por fim, ressalta-se que a politização do vírus trouxe problemas importantes ao enfrentamento da epidemia, que atrasaram a resolução dos problemas dela decorrentes.

Palavras-chave: Covid-19; isolamento social; mudanças sociais; impactos socioeconômicos.

Abstract

This paper analyzes some impacts of SarsCov-19 epidemic, presented like a social phenomenon, marked by invasive changes in people lifestyle and organizational environment, that imposes to the global society an increasing adaptation capability face this epidemic disruptive and mimetic characteristic, resulted by a virus unpredictable evolution capability, that generates more lethality and infectable variants. Used a non systematic literature revision, searching recent studies that presents people and organization concrete behavior changes caused by government, entrepreneur and societal actions to live in an epidemic and pandemic context. Social isolation and the narrative war showed the politicization of necessary epidemic mitigate actions by all involved social actors. A lot of social and economic impacts were detected and presented, but, in bolding, the paper concludes for the negative impact of narrative wars in social and economic situations, and indicates for a necessity of government, entrepreneur and society concerted actions. The virus politizations brought important problems to the epidemic confrontation actios and caused late resolution of decurrent problems.

Keywords: Covid-19; social isolation; social changes; socioeconomic impacts.

Resumen

La investigación en análisis tiene por objetivo estudiar algunos impactos que ha producido la pandemia del Covid-19, al presentarse como un fenómeno sustancialmente invasivo en el modo de vivir de las personas y en el ambiente de las organizaciones, cuando exige, de la sociedad global, el requisito de la creciente necesidad de adaptarse y amoldarse a su carácter disruptivo y mimético, que resulta de una capacidad del virus, de modo imprevisible, evo-

lucionar, generando variantes que poseen un poder más grande de contagio y de mortalidad. Se utilizó como método una revisión narrativa de literatura en la cual se buscaron estudios nuevos que enseñasen cambios concretos de comportamiento de los individuos y organizaciones, que derivaran de acciones de gobierno, de empresas y sociales, necesarias a la vida en un contexto epidemiológico pandémico. El aislamiento social y la guerra de narrativas evidenciaron la politización de las acciones de mitigación de la epidemia por parte de todos los actores involucrados. Se detectaron y presentaron muchos impactos sociales y económicos, pero en especial, el trabajo concluye que hubo un impacto negativo de la guerra mediática de narrativas sobre la actual situación social y económica, e indica que se necesitan acciones concertadas por parte del gobierno, empresarios y la sociedad en general. Finalmente, cabe señalar que la politización del virus trajo importantes problemas para enfrentar la epidemia, lo que retrasó la resolución de los problemas derivados de la misma.

Palabras clave: Covid-19; aislamiento social; cambios sociales; impactos socioeconómicos.

1 - Introdução

A pesquisa em tela, tem por objetivo analisar alguns impactos que a pandemia da Covid-19 produziu, ao se apresentar como um fenômeno marcadamente invasivo no modo de vida das pessoas e no ambiente das organizações, ao exigir, da sociedade global, o requisito da crescente necessidade de adaptar-se e de moldar-se ao seu caráter disruptivo e mimético, resultante de uma capacidade evolutiva imprevisível e geradora de variantes com elevado poder de contágio e letalidade.

Como primeira ação preventiva, o isolamento social surgiu como uma necessidade imposta e inevitável para conter o seu avanço. Entretanto, como seria de esperar, a necessidade do isolamento social também se constituiu como o principal fator a evidenciar o poder de ruptura para com os hábitos e costumes consolidados pela tradição. Bem como, pela reação impositiva ditada pela necessidade urgente de adoção e de disseminação de novos modos de relacionamento nas mais diversas cenas que compõem as atividades cotidianas (ou seja, na família, no trabalho, na educação, na mobilidade urbana, no lazer, entre outras). Iniciou-se, por assim dizer, uma combinação intensa e contínua de conhecimentos que buscaram resolver ou contornar os óbices gerados, sobretudo, pelo confinamento domiciliar.

Referidos conhecimentos, entre eles, a intensificação da busca de novas tecnologias, o aperfeiçoamento de tecnologias existentes, o desenvolvimento de aplicativos e o uso de dispositivos integrados a provedores de internet, colaboraram no sentido de atenuar perdas decorrentes: do confinamento das pessoas, das radicais restrições na mobilidade urbana; e, da drástica contração das atividades econômicas. Assim, ao tempo

em que a pandemia da Covid-19 se firmou como um ponto de ruptura a se abater sobre a cômoda e relativa quietude de uma sociedade global, até então, aparentemente despreocupada com um risco pandêmico tão ameaçador (do qual não se tinha notícia desde a gripe espanhola de 1918), surgiram os mecanismos de reação a ela. Referidos mecanismos se cristalizaram com a criação de novas alternativas de compensação de perdas que ampliaram, e até inauguraram, novos canais de comércio; novas redes sociais; consolidaram o lúdico virtual; anteciparam e ampliaram as potencialidades do teletrabalho (*home-office*) e das salas virtuais no ensino híbrido e o uso mais intenso das videoconferências, entre outras.

Desse modo, o período pós-pandêmico que a sociedade mundial começa a vislumbrar – graças ao gradual aumento da eficácia das vacinas desenvolvidas, aos esquemas vacinais, aos protocolos médicos criados com o aprendizado assimilado nos hospitais e centros de pesquisa, bem como aos avanços da biotecnologia e das tecnologias voltadas para a informação e comunicação – vem consolidando um expressivo balanço de conquistas, nestes poucos mais dois anos de início do surto. Posto que, não só criou alternativas para compensar as cruzeiras de um mundo real conturbado pelo longo período de isolamento social, como também ampliou as potencialidades de uma realidade virtual, que ao ser antecipada, revelou um amplo conjunto de soluções que estarão vinculadas a demandas sociais futuras. O objetivo a mover o interesse dos articulistas sobre a temática que encima o estudo em lide, se deveu ao fato de que, ao se reconhecer a pandemia da Covid-19 como um evento disruptivo e ameaçador, avultou como necessário se processar uma análise acerca de ser também detentor de um caráter revolucionário. Na medida em que se possa reconhecê-lo como geratriz de uma transição na sociedade, com empuxo suficiente para moldar novas estruturas nas relações interpessoais, nas atividades econômicas e no cotidiano das organizações. Mais especificamente, buscou-se destacar os aspectos consensuais entre estudiosos do assunto, acerca da adoção de novos padrões comportamentais, de novos modos de interação social, de novos processos organizacionais no mundo do trabalho, na educação, na saúde, nas atividades econômica e na comunicação em geral.

Ao se assumir tal premissa, há que se destacar como problema da pesquisa, a seguinte questão: Quais são as evidências, concretas e relevantes, de mudanças ocorridas no *modus operandi* das atividades econômicas e das organizações e no *modus vivendi* de pessoas, de grupos sociais e da sociedade em geral, a conferirem um caráter revolucionário à Covid-19, numa provável reconfiguração da comunidade global pós-pandemia?

Ademais, cabe acrescentar que a questão apresentada se insere em um contexto de análise notadamente do ambiente urbano, haja vista que o senso comum não desconhece o elevado grau de urbanização predominante na realidade global e o conseqüente adensamento populacional no meio urbano, razão pela qual se justificou o protocolo de cuidados recomendados pela OMS – Organização Mundial de Saúde, no sentido de se evitar a propagação do vírus, considerando-se serem locais de elevadas densidades demográficas.

O estudo, nos seus desdobramentos expositivos, se compõe dos seguintes itens: 2- Aportes teóricos relativos ao tema; 3 – A metodologia e os recursos materiais utilizados; 4- Análise e discussão dos resultados; e. 5 – Aspectos conclusivos e considerações finais.

2- Aportes teóricos relativos ao tema

2.1. Covid-19 e isolamento social: aspectos subjacentes a uma medida impositiva

A desconcertante contundência com que a pandemia da Covid-19 atingiu a sociedade global operou como mote para dar origem a uma vasta produção de conhecimento científico na forma de artigos, relatórios de pesquisa, protocolos médicos, livros e outras publicações, nos mais variados campos da ciência, mas toda ela vinculada a um ponto comum: o letal poder de contágio do vírus e seu caráter mutante. A partir de tal constatação, emergiu, como consequência direta, o ponto nodal a produzir a faceta disruptiva com que o vírus se caracterizou: o isolamento social, em princípio, menos rigoroso, mas que, rapidamente, tão logo reconhecida a sua alta letalidade, exigiu dos poderes públicos, em todo o mundo, a adoção de ações mais extremas, dentre as quais se destacou o *lockdown*.

As consequências dessas ações se apresentaram sob as mais variadas formas de impactos na sociedade que se verificaram de imediato e de forma crescente, na proporção em que as medidas restritivas iam sendo ampliadas, no sentido de se coibir a circulação e os aglomerados de pessoas como componentes de risco na propagação do vírus. Assim, com a constatação crucial de que a exigência de uma mudança radical nos hábitos, procedimentos e nos comportamentos das pessoas na sociedade e, até mesmo, no ambiente familiar, constituía uma questão de saúde pública, também logo se fez perceber o gradiente de implicações que tal mudança impunha. No elenco desse compósito de implicações e urgências a demandarem soluções ágeis, emergiu, como evidência primeira, a questão relacionada à preservação da saúde humana (física e mental), dado o seu caráter de constituir-se como fio de prumo sob o qual orbitam e perpassam, subsidiariamente, os consequentes desdobramentos que concorreram para que, de modo colaborativo e integrado, as consequências desestruturadoras da pandemia fossem atenuadas e gradualmente vencidas. Não obstante, há que se ser prudente e reconhecer como inconcluso o ciclo pandêmico, haja vista que o vírus ainda grassa pelo mundo e demonstra uma grande versatilidade mutante. Destarte, o isolamento social, para efeito deste estudo, é alçado à condição de gatilho a deflagrar todos os esforços, pesquisas, inovações e adequações tecnológicas realizadas nos vários campos do conhecimento científico, objetivados para debelar a pandemia e seus efeitos adversos.

Nesse sentido, o estudo realizado por Pereira, Oliveira, Costa, Bezerra, Santos and Dantas (2020), na fase inicial da pandemia, o qual se caracterizou como uma Revisão Integrativa de Literatura (RIL), consistiu em uma síntese de trabalhos que direcionaram seus olhares para a questão conjugada dos impactos da pandemia sobre a saúde mental das pessoas em isolamento social, com o objetivo de desnudar as consequências advin-

das dessa imposição. Cabe salientar, *a priori*, que a imposição do isolamento social, se constituiu numa política pública protetiva à saúde física das pessoas, na medida em que buscava minimizar a exposição dos indivíduos ao contágio pelo vírus, principalmente dos mais idosos. Todavia, mostra-se evidente que o peso dessa medida vem de produzir um corolário indesejável de incidências graves para a saúde mental das pessoas, tais como: rápida propensão ao estresse, à depressão, à ansiedade e ao agravamento de uma variada gama de transtornos mentais pré-existentes (Pereira et al., 2020).

A percepção do estudo concluiu que a prevenção e a atenuação de tais impactos psicológicos podem ser alcançadas através de medidas que propiciem o acesso a um amplo sistema de informações, sob a responsabilidade das autoridades governamentais envolvidas no equacionamento da crise sanitária, com o objetivo de evitar a disseminação de boatos, de *fake news* e de quaisquer outros meios de desinformação. Numa tal perspectiva, destaca-se o papel das mídias sociais como veículos essenciais na difusão, atualizações e descobertas no quadro evolutivo da pandemia, como também no que se relaciona à divulgação de achados, procedimentos, protocolos e avanços nas pesquisas, acerca da cepa e das variantes do vírus e das vacinas e tratamentos. Municar a sociedade com canais ágeis de comunicação (chamadas de vídeo, aplicativos, ligações telefônicas e centrais de ajuda e monitoramento), se apresentou como condição primordial para se lidar com as características supressoras da saúde mental, em consequência de uma medida positiva que visava a preservação da saúde física: o confinamento domiciliar.

Considerada a relevante ênfase que o estudo de Pereira et al. (2020) conferiu, ao destacar a importância dos recursos comunicacionais aludidos como ferramentas irrecusáveis ao trabalho dos profissionais em saúde mental, em seus ofícios de interagirem com demandas de pessoas emocionalmente fragilizadas pelo isolamento domiciliar e/ou portadoras de transtornos mentais progressivos, pode-se intuir que os conhecimentos científico e tecnológico se constituíram nos elementos fundadores das estratégias de combate à pandemia.

Em abordagem similar, o estudo realizado por Takenami et al. (2021) também ressaltou a necessidade de uma contraofensiva ao papel da desinformação. Haja vista que em meio a todo o esforço envidado pela ciência, no sentido de desenvolver respostas rápidas e efetivas aos desafios da pandemia, através da pesquisa de vacinas e de outras medicações, e, de protocolos de prevenção, bem como na inovação e adaptação de equipamentos para auxiliar no tratamento das afecções cardiorrespiratórias inerentes ao quadro viral, ainda assim, prosperava a propagação de *fake news* com o objetivo de desacreditar as recomendações e avanços alcançados. De um modo geral, a disseminação de *fake news* e de inverdades acerca das descobertas científicas ocorreram em todo o mundo.

No Brasil, a desinformação assumiu proporções desmesuradas, uma vez que recebeu o patrocínio do chefe do poder executivo federal e de seu *staff* de ministros, os quais se colocaram em posição de completa afronta às recomendações e prescrições de

instituições abalizadas como o Conselho Federal de Medicina- CFM, Agência Nacional de Saúde – ANS, Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Instituto Butantan, Instituto Adolfo Lutz, entre outros. Não fosse a reação articulada de governadores e prefeitos aos desmandos do governo federal, um maior retardo no início das campanhas de vacinação, teria produzido muito mais do que as 664 mil mortes oficiais que o Brasil registra até o momento.

Os mecanismos de reação conduzidos por boa parte dos governadores, prefeitos e, em especial, a iniciativa dos governadores nordestinos ao criarem o Consórcio Nordeste para a aquisição de vacinas, operaram de modo eficiente no propósito de, ao tempo em que se contrapunham ao esforço de desinformação promovido pelo poder executivo federal, logravam os resultados esperados e atenuavam o desgaste sofrido pela sociedade Brasileira em virtude da conduta pseudocientífica que o presidente do País assumiu aos olhos do mundo.

O inusitado imbróglio entre esferas do poder executivo no Brasil, desde o surgimento da crise pandêmica no País, tal como apontam Jesus et al. (2020), se inscreve em um contexto de conflitos de objetivos que pendulam entre a constatação de uma situação real, imperativa, de cunho sanitário, de alta letalidade e de grande poder de propagação, enfrentada e assumida, de um lado, pelos governadores como prioritária, humanitária e irrecusável. E, de outro lado, o conhecido posicionamento de um governo federal efetivamente enredado em uma agenda de governo de inspiração neoliberal, fortemente capturada por promessas de campanha, as quais foram confrontadas com a intemperividade do coronavírus, enquanto obstáculo aos objetivos econômicos previamente definidos na campanha eleitoral.

O paradoxo que se apresentou para o governo federal, ao se deparar com a emergência da crise sanitária, com a conseqüente necessidade de isolamento social e o imperativo de colocar a questão humanitária à frente das questões econômicas, permite interpretar a sua estratégia de uso da desinformação como alternativa para minimizar e empanar a gravidade do cenário a ser enfrentado. O uso de uma retórica de sensibilização da opinião pública, e, principalmente, de um eleitorado encabrestado e radical, a partir de argumentos e informes pseudocientíficos parece ter sido uma aposta num possível déficit intelectual e cultural da população brasileira, com o intuito de não renunciar às suas prioridades.

A corroborar o propósito neoliberal do executivo federal de não intervenção na gestão da crise sanitária, destaca-se, mais uma vez, as constatações de Jesus (2020) acerca do conflito de objetivos na agenda do governo, ao se verificar, àquela época, a prioridade que, a nível federal, os poderes legislativo e judiciário dispensaram ao combate da pandemia. Ao discutirem um pacote de programas, cuja abrangência incluía ajuda aos estados, a criação e reforço de programas assistenciais e de ajuda econômica à população, principalmente da mais carente e mais afetada pelo isolamento social, os mencionados poderes dimensionaram uma verba da ordem de R\$ 1 trilhão (um trilhão de reais), a qual caracterizou a total divergência de propósitos com que o executivo

federal pretendia tratar do problema, ao reagir contrariamente ao elevado montante de recursos proposto.

Considerando-se que o estudo em referência foi realizado no início da crise, percebe-se que ele captou a animosidade com a qual o presidente reagiu ao concerto coordenado em que estados, municípios, legislativo e judiciário federais e parcela mais expressiva da sociedade civil percebiam a urgência e a prioridade que a gestão da pandemia, na condição de relevante questão social, exigia ao se sobrepor à questão econômica. Ainda que se ressalte o fato de que o pacote financeiro também contemplava a mitigação dos problemas econômicos advindos com o surto pandêmico. Para reafirmar o contexto da divergência ora exposta, os autores do trabalho em tela (Jesus et al., 2020), ilustram a situação com reações do presidente que caracterizam a intenção de tratar a crise com menoscabo para justificar a prioridade de sua agenda neoliberal:

Como o governo federal propõe um sistema liberal e a doença pode atrapalhar este projeto, essa administração adotou, desde o início da Pandemia, atitudes de minimização da doença. Em pronunciamento oficial, veiculado no dia 24 de março, o presidente afirmou: “[...] pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho [...]” (BRASIL, 2020c). Em outro trecho declarou “a dose do remédio não pode ser maior que a doença.” (BRASIL, 2020). (Jesus et al., 2020, p.39)

Tais declarações foram sucedidas de informes e recomendações pseudocientíficas, que na visão do presente estudo, deflagraram uma guerra midiática, a se utilizar dos canais de comunicação disponíveis. No cerne dessa estratégia, sobressaia o objetivo incontestante de produzir a desinformação como instrumento para desacreditar todo o cabedal de orientações, na forma de achados, de vacinas, de procedimentos, de protocolos recomendados pelas autoridades de saúde e pela ciência, e de conquistas tecnológicas alcançadas em todas as áreas em que os desafios do Covid-19 se fizeram presentes e exigiram soluções.

A frequência com que o governo e seu *staff* se utilizaram dos canais de mídia para desacreditar, na medida em que avançavam as pesquisas, no País e no resto do mundo, no afã de se obter a identificação, as características de cepas, os antígenos de um vírus desconhecido, com o objetivo de criar os anticorpos necessários à produção de vacinas e medicamentos coadjuvantes no tratamento do coronavírus, não encontra paralelo em qualquer lugar do mundo, nem mesmo nos EUA, ao final do Governo Trump.

Conquanto a população brasileira tenha sido submetida ao escárnio da comunidade mundial, por conta das pérolas, em forma de *fake news*, disseminadas pelo presidente e parte de seu *staff*, a desinformação, ainda que em menor grau, também foi registrada como uma ocorrência comum em outras plagas da comunidade global. Principalmente durante o período mais crítico da pandemia, no qual as descobertas e eficácias das vacinas, bem como os protocolos médicos e sanitários, ainda não logravam alcançar os índices ideais que assegurassem a desejável imunidade de rebanho.

As mencionadas ocorrências de desinformação foram tão preocupantes, ao ponto da OPAS – Organização Panamericana de Saúde, braço da OMS – Organização Mundial de Saúde, se servir de uma terminologia híbrida denominada de *infodemia* com o objetivo de caracterizar a guerra midiática resultante do confronto entre as boas e as más informações surgidas no curso da pandemia. Segundo a OMS, o fluxo de informações e contrainformações ocorridas no enfrentamento ao coronavírus, se configurou como “uma enorme infodemia: um excesso de informações, algumas precisas e outras não, que tornam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa (Organização Panamericana de Saúde - OPAS, 2020).”

A preocupação da OMS, com a proliferação de um consequente e incontrolável surto *infodêmico* foi tão grande, nos primeiros trinta dias de reconhecimento da pandemia, que a levou a contabilizar a veiculação de informes sobre a fenomenologia em alguns dos principais canais de mídia – mais de trezentos e sessenta milhões de vídeos veiculados no Youtube, quase vinte mil artigos publicados no Google Scholar e mais de quinhentos milhões de tuítes se reportavam ao vírus em suas mais variadas denominações (OPAS, 2020, opus cit). A magnitude desses dados, ao revelar apenas a ponta de um iceberg de informações precisas e imprecisas no início da crise sanitária, demonstrou à OMS a necessidade de implementar uma base oficial de consulta acerca dos achados, descobertas, protocolos, profilaxias e informes gerais sobre o Covid-19. Assim, conforme relata Zarocostas (2020), surgiu uma plataforma exclusiva de informações, denominada WHO Information Network for Epidemics (EPI-WIN), a partir do momento em que o coronavírus foi reconhecido como Emergência de Saúde Pública. Vale acrescentar que desde o momento em que a plataforma passou a operar, a OMS também se fez presente em outros importantes canais de comunicação (Facebook, Google, Tencent, Baidu, Twitter, TikTok, Weibo, Pinterest, entre outras) com o objetivo de excluir informações falsas ou imprecisas acerca do vírus, bem como alimentando as mencionadas redes de informações precisas, a partir de fontes confiáveis (OPAS, 2020).

Pelo que foi explicitado nos parágrafos antecedentes, a imbricação observada de variáveis fenomenológicas desencadeadas pelo COVID-19, entre as quais pontificou o imperativo do isolamento social como remédio para evitar a propagação do vírus, secundado pela guerra midiática, que dele se originou, se oferece como ponto de partida para entender os desdobramentos subsequentes a delinearem o percurso teórico-metodológico necessário à questão de pesquisa já apresentada.

À guisa de exemplo, o tratamento dado pelo poder executivo federal ao coronavírus no início da crise, fez do Brasil, ainda que não tenha constituído uma exceção, um opróbrio de amplitude mundial, ao patrocinar o negacionismo como tentativa de minimizar os impactos advindos da crise e de sobrelevar os interesses econômicos e financeiros prometidos na campanha eleitoral, desencadeando conflitos entre os três poderes da República. Dentre vários autores que reportaram o fato, pinçou-se um fragmento das análises de Schuchmann et al. (2020), que bem retratam a situação vivenciada à época,

A agenda do governo federal pró mercado se desvela ao analisarmos seu plano inicial de socorro, onde destinaria um valor 11 vezes maior às instituições financeiras (R\$161 bilhões) que operam no país ante ao montante destinado aos projetos sociais e de proteção ao emprego (R\$ 15 bilhões). Somente após intensa pressão da sociedade e do congresso nacional, as medidas foram revistas e por iniciativa do legislativo se criou a Renda Básica de Emergência, que aumentou o valor médio de R\$ 191 por pessoa inicialmente oferecido pelo governo para R\$ 600 (Monitor Mercantil, 2020). Toda essa atmosfera de instabilidade política no enfrentamento da crise causada pelo Covid-19 fragilizou ainda mais o processo de adesão ao isolamento horizontal, agravando ainda mais a dicotomia já existente sobre o assunto entre autoridades e a própria sociedade civil (Schuchmann et al., 2020, p.3.569).

A mencionada guerra, portanto, ao se estabelecer como consequência de percepções antagônicas em relação ao jogo de interesses envolvidos (sociais, políticos e econômicos), principalmente o de natureza econômica, haja vista a prioridade dada ao rigoroso status de emergência de saúde pública que caracterizou o evento, propiciou a aposta em um cenário no qual o confronto entre informação e desinformação se colocou como componente desagregador. O objetivo, por parte dos que não acreditavam na gravidade da situação, foi o de provocar a divisão da opinião pública, de forma a se colocar em discussão a possibilidade de flexibilização das rigorosas medidas e diretrizes recomendadas na gestão da crise sanitária, de modo a conciliar os interesses políticos e econômicos contrariados pela prevalência de uma lógica de cunho humanitário conferida ao caráter de emergência que a crise impunha.

2.2. Covid-19, isolamento social e guerra midiática: ingredientes subversores na criação de novos paradigmas para a sociedade global?

Tomando-se como ponto de partida o conhecimento da pré-existência de um imenso aparato em tecnologia da informação associado a uma considerável gama de redes sociais a interagir em escala global e a responder, bem antes do surgimento da pandemia, pela complexa sinergia a viabilizar o avanço da comunicação em geral e dos canais midiáticos, percebe-se que já se mostrava evidente, com a propensão de uso gradual dos referidos recursos, as consequências conflituosas que adviriam. Assim, a grande facilidade de acesso aos meios de comunicação e de informação, combinada com a inexistência de marcos regulatórios eficazes, fez das redes sociais e dos canais de mídia um terreno fértil e propício para que, no campo das ideias, o princípio do contraditório, enquanto recurso possível e naturalmente esperado no evoluir do diálogo, fosse sendo deturpado, dando vezo ao uso irresponsável e aético de sua finalidade.

Em que pese não constituir um fato novo, posto que a veiculação de notícias falsas (*fake news*) remonta ao jornalismo do século 19, a massificação na utilização desse recurso na denominada era digital, se inicia na segunda década do século 20, haja vista o crescimento contínuo dos aparatos tecnológicos, a exemplo dos *bots* (usuários robôs), notadamente no período de campanha para a eleição presidencial nos EUA, em 2016 (Gelfert, 2018).

No Brasil, tal recurso foi despidoradamente utilizado na campanha presidencial de 2018, pelo então candidato Jair Bolsonaro com a participação de seus filhos. Na oportunidade, ele se serviu de uma grande bateria de robôs, com objetivo de potencializar a divulgação de fake News convenientes à sua estratégia de pôr em curso o uso da desinformação como instrumento de comunicação com seus eleitores e com o propósito de fazê-los agentes multiplicadores de seu reduto eleitoral (Azevedo, 2021).

Embora, possa parecer despropositada, a digressão realizada no sentido de firmar o marco temporal tratado, no parágrafo antecedente, indicativo do uso generalizado das *fake news* no ambiente midiático em geral, ela serviu para demonstrar o impacto que o Covid-19 exerceu sobre a proliferação da desinformação ocorrida quando foi reconhecido como uma emergência de saúde pública. As evidências demonstram que a literatura disponível sobre *fake news* em todo o período anterior à pandemia, se mostra relativamente esparsa, quando comparada com o caudal de publicações surgidas após ela.

Tal constatação se deve ao fato de que eventos como as eleições presidenciais nos Estados Unidos e no Brasil, si caracterizam como, primordialmente, de natureza política, com viés geograficamente localizado, não obstante desfrutem de um *status* que repercute na cena Internacional. Ao passo que o COVID-19 emergiu com a força de seu poder invasivo, tentacular, e, quase onipresente, em termos da sua amplitude global, a interagir e a se imbricar numa fenomenologia que comporta em seu bojo, todas as variáveis a desafiar a sua matriz solução, entre os quais: a questão social e humanitária (a saúde global); a questão política; a questão econômica; a questão urbana; o mercado de trabalho; a educação e a tecnologia, entre outras. Posto que, subjacentes às referidas variáveis, atuam as forças que se digladiam diante do conflito entre a ética e a imoralidade, a mover seus propósitos ou interesses. Razão pela qual, o conjunto de determinantes que surgiram como consequências da pandemia poderá se revestir de características ou nuances capazes de justificar a terminologia “novo normal”, como recurso semântico a tipificar um quadro de mudanças marcado pela ruptura com o *status quo* que viveu antes dela.

Em princípio, os reflexos produzidos pela pandemia nas diversas partes do mundo, perpassaram o mesmo conjunto de variáveis, diferenciando-se apenas em termos de especificidades relacionadas ao porte (extensão territorial, população, poder econômico) de cada país na hierarquia global. Assim é que, a variável primeira a destacar a preocupação de estudos realizados, no período pandemia, se vincula a uma inevitável análise comparativa com a situação prevalecente que caracterizava o contexto social definido como “normal” ou “antigo normal”, ou seja, antes da pandemia. Convergindo para com esta linha de pensamento, Oliveira (2020), arremata o seu estudo de modo bastante incisivo,

A pandemia alterou a ideia de normalidade. Há quem diga, inclusive, que o “mundo de antes” nunca voltará a ser exatamente igual. Diante disso, é necessária uma total re-

formulação social e econômica para acompanhar as mudanças trazidas pelo COVID-19. Mudanças sociais no que diz respeito ao tratamento dos vulneráveis, à produção de mecanismos e ações rápidas e eficazes para que haja isonomia de fato na distribuição de recursos e disponibilização de serviços essenciais. O novo vírus mostrou que a fragilidade de um afeta a todos e, caso no futuro ocorra um episódio semelhante, a sociedade precisa estar preparada.(...)

Uma maior eficiência nas decisões governamentais também é necessária. O foco do processo decisório deve ser a redução de danos e impactos e a inabilidade vista durante este período, principalmente no Brasil, em relação a que medidas devem ser tomadas caracteriza a fraqueza e improdutividade de um país. A sociedade requer urgência e, assim como no filme, assistência e cooperação. A pandemia do COVID-19 e a epidemia da “cegueira branca” trouxeram à tona todos os pontos negativos da sociedade e do Estado. Principalmente, em relação à empatia com o outro, a cooperação para a prática das medidas necessárias e a falta de organização e preparo para lidar com situações desta dimensão.

O automatismo com que foi reconhecida a necessidade preditiva de traçar e mapear a possibilidade de mudanças em padrões de comportamentos, de atitudes, de hábitos e de costumes, vigentes antes da pandemia, sobretudo, com o intuito de se discernir sobre o caráter de transitoriedade ou de permanência, ou ainda, de fato novo a se incorporar a um *modus vivendi* que se firmou de forma avassaladora com a crise sanitária do coronavírus, se mostrou comum a vários estudos realizados no Brasil e no mundo, denotando a comunhão de sentimentos relacionados às incertezas futuras que afligem a sociedade global.

2.2.1. O Covid-19 e a questão social

Um aspecto saliente numa revisão de literatura que analisa o sentido, o significado e a veracidade da expressão “novo normal ” se refere ao impacto que a pandemia evidenciou no tocante à questão social direcionada à saúde mental e ao bem-estar das pessoas. O ponto comum em vários estudos realizados durante a crise sanitária, se dá com a percepção que os autores extraem de suas análises, ao detectarem, em diferentes métodos de coletas de dados, a convergência de uma sintomatologia de transtornos mentais pós pandemia que problematizam a busca da restauração do estado de ânimo preexistente ao evento em tela, nos indivíduos pesquisados.

Neste sentido, Cheng et al (2020), conseguiram detectar quatro tipos de ansiedades, a partir de pesquisa aplicada em 481 indivíduos de Hong Kong, entre os quais, 52 % preencheram os critérios presentes no diagnóstico da depressão. As tipologias de ansiedades detectadas se referiam à saúde pessoal, às reações dos outros, à saúde social e aos problemas econômicos. Não obstante os autores relevem a importância destes achados, eles também destacam o fato de que os referidos quadros de ansiedade oscilaram nos períodos em que picos e vales foram observados no processo evolutivo da pandemia e que os quadros depressivos podem ser sanados usando-se estratégias flexí-

veis e variadas, focadas no problema. Os autores destacaram, entre as várias estratégias disponíveis, a utilização de jogos digitais como recurso no combate à depressão, entretanto chamam a atenção para o fato de que o referido recurso não deve constituir um mecanismo de fuga a retirar o foco de atenção a outros quadros depressivos.

De fato, como apontam Moreira *et al* (2021) a utilização de jogos eletrônicos combinados com atividades físicas pode representar uma profilaxia segura no sentido de combater os distúrbios de ansiedade, a depressão e transtornos mentais preexistentes ou surgidos na fase de isolamento social,

Como forma de enfrentar os impactos gerados pelo isolamento social e promover a proteção da saúde mental por meio do bem-estar psicológico, estudo(30) evidenciou oportunidades e desafios na utilização de exergames que integra atividade física a jogos digitais. Tal prática configura-se como uma estratégia de prevenção e tratamento de transtornos de ansiedade no âmbito doméstico da população geral afetada pela pandemia. Os exergames se mostraram ferramentas de fácil utilização e promotoras da redução do isolamento. Sendo atividade eficaz no controle de distúrbios ansiosos e redução do comportamento sedentário. (Moreira et al, 2021, p.4)

Outras recomendações contidas no trabalho evidenciaram a necessidade de busca de uma maior atenção ao estreitamento dos laços afetivos, à propagação dos mecanismos de solidariedade, ao fortalecimento dos vínculos familiares e à ampliação das iniciativas coletivas a servirem como anteparo à proteção social.

Em última análise, o que se depreende das mencionadas recomendações é que a pandemia revelou o quanto o ser humano é vulnerável ao isolamento social e ao ensimesmamento que do isolamento decorre. A qualidade de seres comunicantes a viverem em sociedade, mostra que o equilíbrio mental e o bem-estar de cada pessoa é resultado, de um lado, de um sentimento internalizado que visa conciliar a busca por realizações materiais (econômica, educacional, de segurança, moradia, entre outros) imanentes ao desafio da sobrevivência humana e, de outro, a consciente percepção dos valores imateriais que compõe o ser interior (liberdade, justiça, vontade, pertença a grupo social, a consciência de ser). De fato, a combinação de razão e emoção, tomando-se como referência autores que analisaram o caráter desestabilizador que a crise sanitária do coronavírus provocou, respalda a concordância conclusiva que seus achados permitem. Referidos achados, ao convergirem para uma diagnose que reafirma o imperativo de uma retomada de comportamentos sociais que resgate o estreitamento dos laços afetivos, a solidariedade, a empatia e a cooperação, ou seja, comportamentos que se mostravam em dissolução, enquanto valores, desde os anos 80 do século passado. Os estudos ressaltam que a retomada a uma condição de normalidade vai exigir a consideração dos prós e contras que a pandemia denotou, em caráter permanente ou transitório de difícil previsão (Ornell et al, 2020; Soares et al, 2021).

Neste sentido, destacam-se as preocupações de Soares et al (2021, *op.cit*) acerca de um novo foco de atenção no serviço social, tal como se dessume, a partir do excerto apresentado a seguir

...realizar articulação com os diversos serviços socioassistenciais a fim de defender a garantia de direitos dos(as) usuários(as) e a intersectorialidade das políticas no contexto da pandemia; elaborar materiais educativos e de informação em saúde e sobre direitos; realizar ações socioeducativas e de orientação sobre direitos e benefícios, entre eles o auxílio emergencial; realizar ações socioeducativas que desvelam o discurso negacionista sobre a pandemia junto aos(as) usuários(as) e familiares; articular observatórios de defesa de direitos, junto com o Ministério Público e movimentos sociais; participar ativamente do movimento sanitário ou vincular-se a ele, acompanhando as pautas do movimento na defesa da garantia da vida de todos(as) - pessoa idosa, crianças/adolescentes, pessoas com deficiência, população em situação de rua, população negra, mulheres, homens, LGBTQIA+ etc.; elaborar documentos norteadores da defesa de direitos. Enfim, dando uma grande contribuição na defesa da vida, na perspectiva de uma concepção ampliada de saúde vinculada à determinação social, ao projeto de reforma sanitária e a uma sociabilidade emancipada.

Vale frisar que tais preocupações constituem apenas uma das tendências a sobresair diante do extenso rol de mudanças elencadas e projetadas pelos diversos segmentos envolvidos com as implicações e diretrizes ditadas pela pandemia sobre a dimensão social, ora em análise. Acresça-se, adrede, que as ações e mudanças esperadas no contexto social estão, também, indissociavelmente vinculadas à questão econômica.

2.2.2. A Covid-19 e a questão econômica

Tal como ocorrido com a análise da questão social antes e durante a pandemia, foram produzidos inumeráveis estudos, relatórios e análises sobre os impactos da crise sanitária do coronavírus sobre a sociedade global, e, em especial, sobre a sociedade brasileira. Sobremaneira, naqueles aspectos em que a sua ação transformadora, se firmou como sinalizadora da possibilidade de um “novo normal” e de antecipação de condutas, costumes, hábitos e, principalmente, de inovações tecnológicas e científicas, além de novas perspectivas no mundo do trabalho e das organizações, surgidas como formas de contornar e atenuar a retração nas atividades econômicas decorrentes do isolamento social e do lockdown.

A corroborar tais fatos, tem-se os apontamentos de vários autores que se concentraram na observação dos impactos causados pela pandemia nas atividades econômicas. Tenha-se em mente que, para os referido autores, a questão social e a questão humanitária ao se sobreporem às questões financeiras, organizacionais, trabalhistas, educacionais, e, sobretudo, ao sustento de um expressivo contingente de população imerso no mercado informal de trabalho e no desemprego, geraram conflitos de objetivos, os quais imprimiram um curso forçado na busca de soluções que contornassem os referidos impactos. O imperativo na busca de soluções foi percebido como condição *sine qua non* no sentido de se minimizar a reprodução de um fenômeno cíclico em espiral, no qual a questão social produz e agrava a questão econômica e a questão econômica amplia e agrava a questão social, ao se retroalimentarem no tempo (Backes et al, 2020; Costa, 2020; Auzan, 2020; Howe et al, 2021).

A realidade dessa instância crítica trazida pela pandemia, evidenciou as dificuldades que advieram da paradoxal exigência do isolamento social e da inescusável necessidade de encontrar soluções para os impactos econômicos causados pela pandemia. O primeiro óbice revelado pela necessidade do isolamento social resultou na percepção de que ele se fez acompanhar de um déficit de canais de informação e de veículos de comunicação que dessem conta de uma nova realidade, conseqüente de demandas sociais amplificadas pelo impositivo do confinamento domiciliar.

O temor pela perda do emprego que se abateu sobre vários milhões de pessoas, no Brasil e no mundo, agravado pela conseqüente perda de mobilidade e de acessibilidade aos locais de trabalho foi atenuado pela antecipação de recursos tecnológicos de informação e de meios de comunicação que não só contribuíram para a consolidação do isolamento social como questão de saúde mental, mas que, sobremaneira, foram essenciais para minimizar o brutal impacto que o Covid-19 impôs às atividades econômicas em todos os rincões do planeta.

De um certo modo, o surgimento do teletrabalho (e/ou do *home office*), pôs fim a receios que as empresas, nos mais diversos espectros das atividades econômicas, internalizavam acerca de temores relacionados, anteriores à crise, à perda de produtividade do trabalho de administradores e de executivos e de aumento das práticas de absenteísmo, temores que se dissiparam, ao anteciparem, positivamente, mudanças organizacionais de grande significado, as quais foram patrocinadas pelo coronavírus.

Referidas mudança se apresentam como um ponto de ruptura, dado que a necessidade de sobreviver em um mundo empresarial imerso em condições adversas e inquietadoras, parece ter despertado o senso, em gestores ao redor do mundo em crise, de que encontrar estratégias de adaptação à realidade imposta pela Covid-19, significava, em parte, abdicar de processos e de práticas de gestão que não encontrarão mais sentido, mesmo que a crise sanitária venha a ser totalmente debelada. A ilustrar tal sentimento, recorre-se ao estudo realizado por Robles (2020) em 21 organizações mexicanas que enfrentaram as mudanças estruturais e conjunturais exigidas pela crise, destacando cinco delas que adotaram radicais práticas de gestão:

... as cinco organizações que alcançaram uma transformação radical tinham pelo menos quatro coisas em comum. Primeiro, os gerentes seniores estavam fortemente convencidos de que, sem uma transformação radical, a empresa pereceria antes do final do ano. Em segundo lugar, essas cinco organizações reformularam rapidamente seus sistemas de controle de gestão. Terceiro, as cinco organizações que realizaram uma mudança radical contrataram consultores especializados para realizar a transformação. Por fim, essas organizações também terceirizavam para empresas externas a realização de processos onde elas próprias não tinham experiência anterior.

De modo análogo, tal como acontecido com a consolidação do trabalho em *home office*, os entraves a uma maior mobilidade das pessoas, em virtude dos rigores do isolamento social e, em casos mais extremos, do *lockdown*, o mundo se viu às voltas com a

necessidade de equacionar os problemas advindos para a área da educação, surgindo como alternativa a ampliação em grandeza escalar ampliada do, até então, tímido uso da tecnologia da educação em ambiente remoto, haja vista seu foco de atenção inicial para EAD (Educação a Distância). De um modo geral, a utilização forçada de um modelo de educação não presencial minimizou o maior impacto que a pandemia poderia ter provocado na formação educacional dos cidadãos, em decorrência das restrições à mobilidade e acesso às infraestruturas educacionais. Neste sentido, Ferreira et al (2021) destacam o contributo que as tecnologias digitais conferiram ao ensino remoto:

Constata-se assim, que apesar das rotinas dos professores e alunos sofrerem modificações durante o ensino remoto, há sempre a possibilidade de adaptação às novas modalidades de ensino e aprendizagem vivenciadas na atualidade, no qual, para muitas pessoas ainda tem sido por vezes complexo assimilar. Todavia, o que fica evidente é que os ambientes educacionais passaram a ganhar novas formas e espaço, pois, o que antes era transmitido pessoalmente, passou a se apresentar em uma nova modalidade, facilitada pelo uso e contribuições propiciadas pelas Tecnologias Digitais. (Ferreira et al, 2021, p.10)

Outro contributo relevante evidenciado pela pandemia, se vincula ao fato de que parece ser convergente, em vários estudos realizados no Brasil e no mundo, o aspecto compensatório que o recurso representado pelas plataformas de *e-commerce*, em substituição ao restrito campo de possibilidades de compras de mercadorias, bens e serviços, via comércio tradicional, proporcionou ao desempenho no PIB (Produto Interno Bruto) dos países, ao atenuar a inevitável queda em seus componentes internos (PIB's setoriais), mais objetivamente, os setores primário e secundário. Não constituiu ser uma surpresa, em vários estudos realizados, a constatação de que o setor terciário (comércio) caminhou em direção oposta, na medida em que as perdas registradas no comércio tradicional foram substancialmente compensadas pelos expressivos resultados alcançados pelo comércio eletrônico, principalmente, pelo segmento de tecnologias digitais e de eletroeletrônicos, especialmente os celulares, haja vista que a necessidade de comunicação e de sintonia social imprimiu o ritmo dessas demandas .

Estudo realizado por Tomé (2021), sintetiza a fenomenologia descrita no parágrafo antecedente, ao evidenciar o fato de que a pandemia trouxe como consequência uma contração do PIB brasileiro, destacando o desempenho do segmento relativo ao comércio eletrônico, ao ter suas vendas expandidas em 41%, em 2020, ano que marca o reconhecimento oficial da pandemia no Brasil, atingindo um faturamento de 87,4 bilhões de reais, evoluindo de uma participação de 5% (2019) para um patamar de mais 10% (2020), em termos de participação no comércio de varejo. Destaca também uma grande mudança comportamental na sociedade brasileira ao enfatizar que

O comércio eletrônico, passou a ser a alternativa principal para aquisição de bens para a população que estava em isolamento social, total ou parcial. Produtos de primeira necessidade, como bens de consumo, até roupas, calçados, eletrodomésticos e serviços, passaram a ser adquiridos através da internet. Consumidores que nunca tinham tido a experiência

com compras digitais, foram obrigados a experimentar essa opção de comércio e suas benesses. Segundo a 43ª edição do Webshoppers (Ebit/Nielsen, 2021), em 2020 foram 17,9 milhões de consumidores a mais do que no ano anterior, crescimento de 23%. Foram 194 milhões de pedidos, 30% a mais que em 2019,...(Tomé, 2021, p.2)

Percebe-se, portanto, que além de suavizar o impacto da pandemia sobre as atividades econômicas do País, a mudança comportamental aludida foi marcada pela percepção que o consumidor passou a ter da imensa gama de possibilidades e de alternativas que a pandemia revelou para contornar os óbices gerados pelo isolamento social e pelas restrições à mobilidade e à acessibilidade a locais e eventos estimuladores de aglomeração. Na realidade a tecnologia da informação, ao permitir a integração das redes a uma parafernália de artefatos eletrônicos inteligentes, deu mais visibilidade ao potencial de recursos que já estavam disponíveis à sociedade, mas que não eram explorados por boa parte dela.

Neste sentido, a gravidade da crise sanitária operou como um grande despertador. Haja vista que ao tempo em que a pandemia emergiu como a abertura de uma Caixa de Pandora, revelando seu imenso repertório de tribulações e malefícios, também libertou a esperança. Esperança, representada analogicamente, pelo uso recursivo da tecnologia e da pesquisa combinado com demandas sociais e econômicas contingenciadas pelas restrições, as quais abriram perspectivas e alternativas que mudaram permanentemente ou provisoriamente (só o tempo dirá) o curso de uma realidade pré-pandemia definida como “normal” em contraposição ao novo normal.

3. O evento pandêmico como marco temporal indicativo do percurso metodológico adotado

A quebra inesperada de uma conjuntura de normalidade que prevalecia no mundo até os idos de 2019, ao colocar em evidência o surgimento de uma pandemia totalmente desconhecida como a do Covid-19, que trazia em seu arsenal a força desestabilizadora e desagregadora de sua letalidade e de sua velocidade de propagação no meio social, desencadeou um mecanismo de reação e de mobilização global com o objetivo de abrir frentes de combate aos impactos deletérios que ela produzia nos mais diversos campos da atividade humana.

Entronizada como uma crise sanitária de grande amplitude, ela impôs a necessidade de aprendizado e de buscas de respostas rápidas acerca de um vírus sem profilaxia conhecida no repertório médico, fato que a caracterizou como urgência em saúde, tanto física, como mental, mas que através de estratégias de combate, tais como o distanciamento e o isolamento social, logo revelou derivações, ao ressaltar implicações deletérias, tanto no que concerne ao ambiente social, quanto aos ambientes político e econômico.

O ineditismo dos desafios impostos e a estupefação diante do desconhecido resultaram numa profusão de estudos, de relatórios, de artigos e de livros que se voltaram

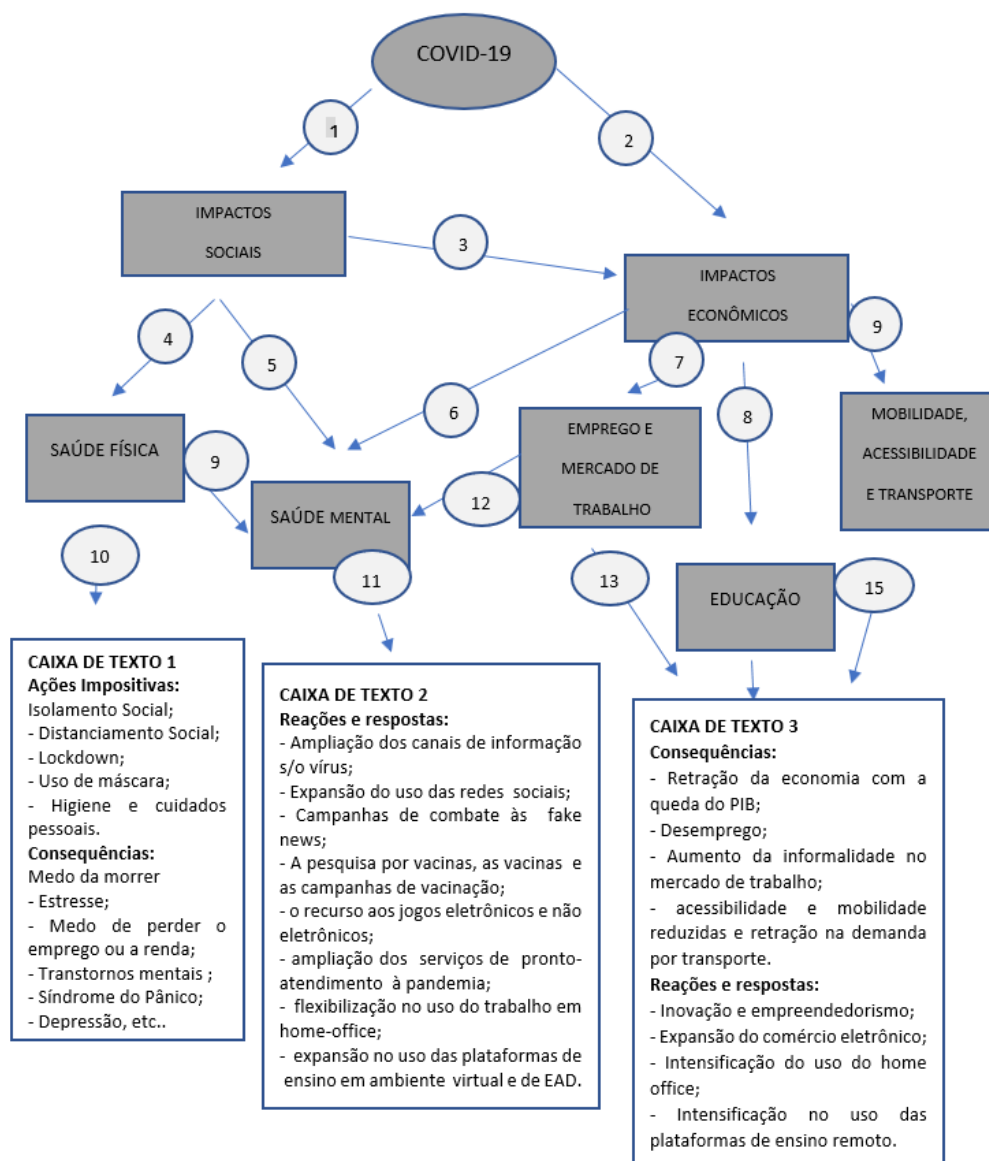
ao mister de buscar respostas e soluções aos estrangulamentos que exigiam capacidade adaptativa e visão aberta à adoção de novos hábitos, novos costumes, novos aprendizados, mas, sobretudo, à clareza de entendimento para aceitar que a volta a um viver normal (pré-pandemia), talvez não seja completamente possível.

Diante do contexto descrito, o presente estudo optou, como metodologia de trabalho, proceder a uma revisão bibliográfica de caráter não sistemático, haja vista que o marco temporal iniciado com o advento da pandemia se reveste de uma característica *sui generis* ao se concentrar na produção de conhecimento focado na singularidade que o coronavírus impôs como fato novo a contar da sua origem (2019).

Desse modo, os subsídios e contribuições de estudiosos que embasaram a fundamentação teórica demonstrada no item 2, respaldam, também, o fio de condução escolhido por este estudo, no propósito de delinear o périplo metodológico a orientar as discussões e resultados relacionados à temática em apreciação. As análises e inferências realizadas na discussão e nas conclusões do presente trabalho, são consequências da construção prévia de uma revisão bibliográfica de caráter narrativo, especificamente direcionada ao problema e à temática que este trabalho privilegiou e desprovida dos rigores da revisão sistemática (Botelho et al, 2011;UNESP, 2008). Em termos mais objetivos, o sequenciamento das análises e conclusões se iniciou com o mapeamento de dados, de informações e de estudos acerca *do status quo* relacionado à produção de conhecimento inerente à temática em apreço. Em seguida, através de um processo de aproximações sucessivas e alinhamento dos resultados compilados nos referidos estudos, buscou-se correlacionar os achados que convergiam, se alinhavam e traziam respostas ao problema destacado neste estudo e, portanto, possibilitam o alargamento da base de conhecimento que se produziu com o advento da pandemia.

Com o intuito de contribuir para um melhor entendimento acerca da metodologia adotada, o presente estudo se valeu de um modelo esquemático que elege o advento do Covid-19 como geratriz das demais variáveis por ele determinadas. Deste modo, a Figura 1, apresentada em sequência, se decompõe analogicamente em cascata, explicitando, a partir da variável determinante (Covid-19), o elenco de variáveis dela derivadas ou por ela determinadas.

Figura 1 – Esquema Metodológico



Por ser oportuno, esclarece-se que o esquema proposto tem o objetivo de conduzir a análise dos resultados em consonância com o sequenciamento apresentado, sem a pretensão de esgotar a abordagem dos acervos documentais produzidos no transcorrer de mais de dois anos relacionados à temática proposta, cujo conteúdo analítico prender-se-á a uma revisão bibliográfica de caráter narrativo. Tal procedimento parece se justificar pelo fato de que a atipicidade do evento Covid-19, ao caracterizá-lo como um evento inconcluso, descredencia uma revisão bibliográfica rigorosa como instrumento de análise, uma vez que nada do que foi produzido sobre a temática da pandemia tem caráter definitivo.

4. Análise dos resultados

O mapeamento de uma extensa produção acadêmica que se acumulou desde o início da maior crise sanitária mundial desde 1921, e ainda inconclusa, registra, num período de pouco mais de dois anos (final de 2019 a 2022, em curso), os mais difusos e profundos impactos que se abateram sobre as nações do mundo. Haja vista terem atingido os principais pilares de sustentação de suas sociedades, a princípio, muito negativamente, e, em sequência, positivamente, haja vista o movimento de reação aos percalços infligidos, sob a forma de soluções encontradas no propósito de vencê-los. De um modo geral, os impactos e mudanças relatadas atuaram sobre os pilares social, econômico, político e ambiental, constituindo uma complexa diversidade de estudos a tratarem especificamente de cada um dos citados pilares.

A partir do modelo esquemático apresentado no item anterior, buscou-se concentrar o foco da análise sobre os pilares social e econômico, uma vez que o propósito do trabalho foi definido como uma análise bibliográfica de caráter narrativo, ao se ater, tão somente, a uma seleção de estudos de autores nacionais e estrangeiros, através do Google Scholar, que se reportem aos mesmos focos de atenção que a temática da pesquisa propõe. As imbricações sugeridas no mencionado esquema, ao serem denotadas por um sequenciamento com rótulos numéricos, direcionam o percurso analítico proposto.

4.1 – A Covid-19 e a questão social: os achados

Na perspectiva de inúmeros estudos realizados desde o surgimento da Covid-19, a questão social (rótulo 1) e os diagnósticos a ela vinculados, sobressaem como evidências primeiras do caudal de impactos e de desafios que requeriam ações resolutivas, eficazes e urgentes e que se refletiram sobre as atividades econômicas (rótulo 2). Ou seja, diante da percepção de que a crise sanitária se instaurava, prioritariamente, como uma política pública objetivada no sentido de proteger e preservar a integridade e a saúde física (rótulo 4) das pessoas. Daí se justificar a drástica opção pelas modalidades de confinamento social (distanciamento, isolamento e lockdown), sobretudo, em razão da alta letalidade do vírus. A referida linha de pensamento está respaldada em autores já mencionados nos aportes teóricos a este trabalho (Cheng et al, 2020; Moreira et al, 2020; Soares et al, 2021) , mas se estende a outros que se perfilam no reconhecimento dessa lógica impositiva (Souza, 2020; Benach, 2021; Singu et al, 2021).

Portanto, há que se reconhecer que os impactos econômicos se subordinam aos impactos sociais (rótulo 3), dado o caráter racionalmente prioritário conferido, sem exceções, à saúde física dos cidadãos, tanto em estudos realizados no Brasil, quanto no exterior. Ainda que se relevem os impactos políticos observados aqui e nos EUA, os quais produziram, inicialmente, uma corrente negacionista referente à gravidade da crise sanitária, patrocinada pelo governo federal, o qual reagiu no sentido de priorizar a questão econômica que a pandemia gerava. Felizmente, o posicionamento de prefeitos

e governadores, ainda que com um certo destempero, definiu e fez vingar a prevalência da questão social sobre a questão econômica (Schuchmann et al, 2020; Soares et al, 2021, 2020).

Entretanto, ao desconhecimento inicial acerca do coronavírus em termos da virulência, da letalidade e da velocidade de contágio, logo sobreveio a certeza de não se tratar de uma crise sanitária de curso temporal curto, afinal ela já perdura por mais de dois anos. Como consequência das prioridades decorrentes das políticas públicas restritivas relacionadas ao isolamento social, ao confinamento e ao lockdown (Caixa de Texto 1) como ações voltadas à preservação da saúde física dos cidadãos, e, considerando a relativa atemporalidade demonstrada pela pandemia, os impactos sociais passaram também a atuar sobre a saúde mental das pessoas (rótulo 5). Requerendo-se um foco de atenção (Caixa de Texto 2) que se preocupasse com as mazelas advindas do longo período de isolamento social, no sentido de se criarem recursos assistenciais de atendimento aos inúmeros casos de depressão e outras formas de transtornos mentais.

A criação de canais oficiais de comunicação em todas as mídias disponíveis, visando combater *fake news* e disseminar, em tempo real, as atualizações e descobertas acerca do vírus, o desenvolvimento de jogos digitais e não digitais, as ações de empatia e solidariedade e do voluntariado de grupos, constituíram-se em fatos novos a demonstrarem o esforço conjunto da sociedade no sentido de se contrapor aos óbices gerados pelo coronavírus. A necessidade de encontrar respostas a todos os desafios trazidos pela pandemia, é percebida, em vários estudos, como a força motriz a produzir avanços em várias frentes do conhecimento científico: saúde, tecnologia, sociologia, psicologia e psiquiatria, em curto espaço de tempo. No que respeita ao papel desempenhado pela tecnologia na crise, formou-se um consenso que destaca a sua relevância instrumental na viabilização dos achados e estudos produzidos nas várias frentes do conhecimento, anteriormente mencionadas, tal como destacam Takenami et al (2021)

Os impactos dos avanços tecnológicos na ciência são inegáveis. Na pandemia da gripe espanhola em 1918, a descoberta do agente viral causador da doença só foi identificada treze anos após o término da pandemia (Goulart, 2020). A tecnologia permite explorar diferentes possibilidades, de forma mais rápida e fácil. Contudo, isso só é possível devido a evolução da tecnologia, uma vez que esta possibilita discutir evidências científicas, informações críticas e visões alternativas, mesmo que os sujeitos participantes estejam em diferentes regiões do planeta. Paralelamente a estes benefícios, a tecnologia tornou a ciência acessível à sociedade, porque proporcionou não só o “fazer ciência” como o “divulgar a ciência”. Por conseguinte, a informação e a comunicação com a população e a imprensa tornaram-se estratégias fundamentais para o enfrentamento da Covid-19 (Takenami et al, 2020, p.7).

De um modo geral, sobressai o senso comum de que a tecnologia ativou conhecimentos antigos e criou inovações, as quais não só permitiram ágeis respostas aos desafios científicos que surgiram com o vírus e que foram produzidas num ambiente de incertezas. Como também ampliou as potencialidades dos meios de comunicação e de

informação, quer seja de forma quantitativa (aumento da oferta de aparelhos eletroeletrônicos, celulares, notebooks, equipamentos hospitalares, respiradores, etc), quer seja de modo qualitativo (diversificando e potencializando a usabilidade e aplicabilidade da tecnologia preexistente). Registros e referências destas contribuições são encontrados em vários trabalhos produzidos na citada atmosfera de crise (Negri et al, 2020; Sharpe, 2020).

4.2. A Covid-19 e a questão econômica: os achados

O ordenamento lógico adotado no esquema metodológico proposto, ao posicionar a questão econômica (rótulo 2) como uma dimensão subsidiária à dimensão social (rótulo 1), não desconhece o enorme peso que a economia exerce sobre a sociedade, ao se rebater sobre o elemento humano, atuando sobre sua saúde mental (rótulo 6), positivamente ou negativamente, a depender de que a ele estejam asseguradas as condições de sobrevivência representadas pelo acesso à renda e, por consequência, aos produtos, mercadorias e serviços necessários e irrecusáveis ao seu viver cotidiano. A dependência compulsória aos bens primários e às necessidades vitais submete o homem a um fado inglório: o trabalho e o emprego como moeda de troca para adquirir os meios de subsistência e de sobrevivência.

As medidas relacionadas ao isolamento social, enquanto política pública imprescindível à preservação das saúdes física e mental de cada pessoa e do conjunto da sociedade, repercutiram de modo inequívoco sobre a organização econômica. Isso, na proporção em que tais decisões constituíram-se em recursos inibidores da dinâmica normal de operação das atividades econômicas, até então vigente, haja vista que o trabalho presencial nas organizações se inseria num padrão definido como normal, antes da pandemia. Paralelas à questão do confinamento, surgiram as medidas restritivas à mobilidade e ao acesso a locais públicos e privados tendentes a promover aglomerações.

Tais decisões provocaram impactos contundentes sobre setores econômicos extremamente dependentes de um *modus operandi* viabilizado pela presença do público (Caixa de Texto 3): o comércio tradicional (lojas, bares, restaurantes, teatros), as atividades educacionais, o trabalho presencial, as atividades do setor informal, o setor de transportes, entre outros. A retração das atividades econômicas é relatada, em diversos estudos, tanto no Brasil, quanto no exterior, como uma consequência da ênfase conferida à questão social, ao colocar como prioridade a integridade física e mental das pessoas, fato que veio de impactar o PIB e os demais indicadores de desempenho da economia, ainda que no Brasil, por razões óbvias, ela tenha sido agravada pelas divergências entre as esferas de governo no tratamento dispensado à pandemia (Neto, 2020; Costa, 2020).

Em contrapartida aos impactos negativos, ora mencionados e após reveladas, de modo gradual, as adversidades subjacentes ao evento pandêmico, surgiram, também gradualmente, as soluções compensatórias características de um “novo normal” ajustado a esta nova realidade marcada pelo signo da precariedade, no tocante a se poder

reconhecê-la como definitiva ou transitória, haja vista que a pandemia não foi vencida. Todavia, esta incerteza não obscureceu o entendimento de alguns estudiosos ao reconhecerem que algumas soluções e alternativas surgidas durante a pandemia, no sentido de poderem compensar os percalços por ela trazidos, em termos dos óbices econômicos gerados. Algumas das citadas soluções na área da tecnologia da informação, ainda que preexistentes ao evento pandêmico, possibilitaram atenuar as perdas econômicas iniciais e até a imprimir ânimo novo a setores tradicionais da economia, como por exemplo, o comércio varejista que teve no comércio eletrônico um resultado compensador ao cobrir o que poderia ter representado um déficit para o setor (Tomé, 2021).

Outras soluções, igualmente preexistentes ao surto pandêmico, surgiram das agruras impostas à economia, ao contornarem a questão do isolamento e as restrições à mobilidade. A primeira delas referente ao teletrabalho (*home office*) e à educação em ambiente virtual. Em que pese o fato de se tratar de tecnologias disponíveis antes da pandemia, os referidos recursos eram utilizados de modo contido, em virtude de certas reservas prevalentes na época. As quais estavam relacionadas às inevitáveis comparações com o trabalho presencial e com a educação presencial, supostamente, mais efetivos, mais produtivos e mais controláveis, dentro da aludida condição de normalidade com a qual se caracterizou o período pré-pandemia.

Com o advento da pandemia as referidas tecnologias se tornaram mais difusas, em virtude de poderem se converter em soluções alternativas no dia a dia das organizações econômicas e educacionais e de poderem quebrar crenças relacionadas ao *modus operandi* anterior, apresentando versatilidade e promovendo ganhos recíprocos para empregados e empregadores, além de se oferecerem como soluções aos problemas de mobilidade nos grandes centros urbanos. Sobre estas tendências, estão disponíveis vários trabalhos, entre os quais citam-se: Laguna et al, 2021; Mancebo, 2020; Mendes et al, 2020; Lizote et al, 2020; Kovács et al, 2021.

Saliente-se dentre os poucos senões inerentes a tais recursos, o alerta dado por Lizote et al (2020, op.cit) no tocante aos aspectos conclusivos da sua pesquisa. Empiricamente, o estudo contribui para promover reflexões sobre a forma como o trabalho remoto está sendo conduzido atualmente e sobre a importância de um diagnóstico acerca de necessidades e de condições de infraestrutura e emocionais dos trabalhadores, que emergencialmente, adotaram o regime do teletrabalho para contribuir com a sustentabilidade de seus empregos e das empresas para as quais trabalhavam antes da pandemia. Da mesma forma, emerge a importância de avaliar as condições das empresas sobre a manutenção ou não de atividades neste regime, só assim, será possível promover o bem-estar sustentável.

Outro impacto importante sobre o desempenho das atividades econômicas se relaciona ao comprometimento da mobilidade e da acessibilidade (Caixa de Texto 3) a locais públicos e privados nos períodos mais austeros de isolamento social, entre os quais pontifica o da aplicação do *lockdown*. Sobre o assunto, o estudo em lide, pinçou algumas pesquisas realizadas com o propósito de identificar convergências e divergências acerca

dos referidos impactos. Alguns estudos tiveram um foco recortado e restrito às questões de mobilidade e acessibilidade no âmbito local, a exemplo de Borges (2020), Mantoani et al (2021), Souza (2021) e Santos (2021), enquanto Batista et al (2021), contempla uma abordagem mais ampla e cosmopolita.

O que se ressalta entre o primeiro grupo de autores e o estudo de Batista et al (2021) grupos é que os aspectos conclusivos convergem, em termos de achados relacionados aos impactos que o teletrabalho (com suporte tecnológico) e o *home office* (sem suporte tecnológico) imprimiram às questões de trânsito, de mobilidade e de acessibilidade urbanas no advento da pandemia. No primeiro grupo, mencionado no parágrafo antecedente, os autores convergem para diagnósticos que colocam a questão da mobilidade urbana numa visão pregressa à pandemia que ocultava as mazelas a que estavam sujeitos os trabalhadores e que só foi completamente desnudada quando se fizeram presentes os desafios na busca de atenuar os impactos que ela trouxe. De um modo geral, por se tratar de estudos realizados no Brasil, as referidas mazelas estavam relacionadas às más condições do transporte, as quais se tornaram excruciantes com a crise sanitária. Ainda neste grupo, Souza (2021), acresce fatos que merecem, mesmo que após debelada a pandemia, avaliação criteriosa: a questão da mobilidade parcial; o trabalho mal remunerado; a negação do direito à cidadania e a concreta possibilidade do teletrabalho e do *home office* permitirem expropriar as horas de descanso do trabalhador, decorrente da sobrecarga de tarefas, além dos custos financeiros a ele imposto.

No artigo de Batista et al, as abordagens acerca das questões apreciadas, em que pesem serem mais amplas em termos geográficos, são coerentes com os achados do primeiro grupo. Assim é que, ao se valer do recurso de revisão bibliográfica, compendiou estudos realizados em várias e cidades cosmopolitas (Colômbia, Nova York, Sicília, Thessaloniki, Glasgow, entre outras) com o propósito de buscar aproximações e dissonâncias com as questões de mobilidade entre elas, percebem-se conclusões aproximadas às dos estudos com foco localizado. Das suas análises destacam-se aspectos conclusivos que problematizam as questões ora apreciadas,

O trabalho apresentou uma série de estudos de caso a partir de uma atual revisão da literatura, proporcionando perspectivas sobre como lidar com as externalidades ocasionadas com a pandemia no contexto da mobilidade urbana. É importante tornar as nossas cidades mais resilientes a eventos sanitários extremos, para assim, mitigar o impacto na vida das pessoas. Ao buscar entender os movimentos urbanos que ocorreram (ou não) durante as medidas de restrição da pandemia, é possível incorporar processos de intervenção e planejamento para proporcionar espaços mais convidativos, saudáveis, seguros e confortáveis para os modos de deslocamento mais sustentáveis como andar e pedalar, ou seja, o transporte ativo. A provisão de estruturas emergenciais para ciclistas e pedestres, sistemas de compartilhamento e intermodalidade, pode encorajá-los a incorporar esse modo mais saudável de deslocamento durante a pandemia e as evidências empíricas podem ajudar os gestores a regularizar estas iniciativas de forma concreta na cidade. Além disso, as medidas de incentivo ao uso dos transportes ativos auxiliam

não só em aspectos de promoção à saúde, como também contribuem para as necessidades de mitigar as emergências climáticas que assolam o planeta (Batista et al, 2021).

Tal como ocorrido com as análises do primeiro grupo, as conclusões em Batista et al (2021), coincidem em termos de revelação de fragilidades que foram também detectadas nas cidades brasileiras, na medida em que recomenda processos de intervenção e de planejamento destinados a mitigar o impacto de deficiências estruturais nas condições de mobilidade das pessoas.

5. Considerações finais e aspectos conclusivos

Em que pese o fato de que os pilares que compõem o arcabouço estrutural de uma sociedade sustentável sejam, em termos numéricos, mais amplos que os considerados no percurso metodológico adotado, buscou-se alçar a questão social que emergiu com a crise como geratriz de impactos que atuam e afetam os pilares social e econômico. E cada um deles, cada um ao seu modo, coloca a questão econômica no epicentro da mencionada crise, conferindo às demais dimensões (política e ambiental) repercussões residuais sobre a temática deste estudo. Deste modo, os resultados encontrados são decorrentes da imbricação de variáveis que tornam a fenomenologia analisada, como já mencionado na introdução, a um só tempo: disruptiva, subversiva e reveladora de fragilidades, de descobertas, de oportunidades e norteadora de rumos provisórios ou definitivos para equacionar os impasses e dificuldades que ela gerou.

Os resultados encontrados, ainda que careçam dos predicativos que os ratifiquem como peremptórios ou como fadados a se eclipsarem, uma vez debelada a crise, são esclarecedores ao revelarem mudanças sociais, comportamentais, ambientais e econômicas que repercutirão no futuro, alterando o status quo das sociedades vigentes na fase pré-pandêmica. Alguns resultados colhidos com o auxílio do percurso metodológico descrito no item 3, são apresentados a seguir:

1. A Questão social: achados

- A pandemia recuperou a importância e o significado do reforço aos reais laços afetivos familiares e de amizade, os quais, antes da sua ocorrência se fragmentavam diante do magnetismo individualista exercido pelas tecnologias de informação e de comunicação, bem como das redes sociais, ao permitirem às pessoas a possibilidade de projeção de suas imagens e buscas de reconhecimento, de fama e de desenvolvimento de laços virtuais de amizade. Curiosamente, a necessidade de introspecção provocada pelo isolamento social, revelou a necessidade de olhar as outras pessoas (familiares, amigos e desconhecidos) de modo mais empático, mais coletivo e mais solidário, lançando um outro olhar mais positivo acerca das potencialidades das redes de informação, dos meios de comunicação e da tecnologia numa perspectiva inclusiva de aproximação e de preocupação com o outro, em substituição, ao egocentrismo prevalente no uso dos recursos aludidos antes da pandemia.

- Neste sentido, ela contribuiu para mostrar que solidariedade, empatia, e, mais que isto, os processos inclusivos, são requerimentos irrecusáveis a uma sociedade que usou das redes sociais e dos recursos midiáticos para cultivar o individualismo, inflar os egos e apenar os laços afetivos e de amizade. Este aprendizado, veio para ficar, ao tempo em que coloca a comunicação interpessoal, familiar e organizacional numa condição bem distinta da que ostentava antes da crise sanitária. Ou seja, a comunicação deve operar como recurso de integração social, com liberdade para a aceitação das diferenças, mas nunca como mecanismo de segregação.
- A disseminação e expansão de serviços de pronto atendimento e atenção às pessoas afetadas emocionalmente por transtornos mentais e comportamentos depressivos, decorrentes de longos períodos de confinamento social, estão consolidados em todo o mundo, através de sites e plataformas colocados à disposição do público, sejam por iniciativas governamentais, sejam por ONG's e até por entidades supranacionais. Neste sentido, as redes sociais, os provedores de internet e todo o aparato tecnológico disponível, contribuíram para desenvolver e propagar movimentos solidários, que devem tornar sociedades e nações mais resilientes a eventos pandêmicos, tal como observado e recomendado por Batista et al (2021)
- O desenvolvimento tecnológico deu prontas respostas às demandas por equipamentos médicos de UTI (respiradores), por vacinas, por medicações, por jogos digitais utilizados no atendimento de portadores de transtornos mentais. Há que se registrar a velocidade com que a tecnologia e a pesquisa científica desenvolveram soluções em meio ao isolamento social, numa demonstração incontestável de que a globalização da informação e dos meios de comunicação contribuíram para um movimento solidário e participativo, o qual acelerou as respostas, protocolos, profilaxias, vacinas e medicações. Com certeza, este é um dos aprendizados que vieram para ficar e a fortalecer a humanidade diante da iminência de eventos similares no futuro, além de ter disseminado novos hábitos de higiene preventiva;
- Apesar de que tenham sido mapeados incontáveis registros das campanhas de desinformação e disseminação de fake news (uso maléfico da tecnologia e dos meios de comunicação) no mundo todo, registrou-se, também, a criação e ampliação de eficientes canais de contrainformação disponibilizados por organismos internacionais (OPAS e OMS, entre outras), através dos quais a comunidade internacional desfrutava de amplo acesso ao andamento das pesquisas, das estatísticas da pandemia.

2. A Questão econômica: achados

- Decorrente da prioridade irrefutável conferida ao evento pandêmico, enquanto agente propagador de uma crise sanitária de proporção global, definida como urgência em saúde pela OMS, a questão social surgiu atrelada à preocupação

com a saúde física e mental das pessoas, ao prescrever o isolamento social. Assim, ela se transformou no principal agente a afetar, de forma contundente, o pilar econômico, ao entronizar a questão econômica como uma consequência da hierarquização decisória estabelecida. O impacto veio em forma de declínio dos indicadores econômicos, sinalizadores das dificuldades que adviriam de uma pandemia sem prazo definido para acabar. Paradoxalmente, tal situação coloca a questão econômica em posição de evidência, uma vez que para combater a pandemia se requer uma boa base econômica, daí a questão social ser reciprocamente por ela afetada;

- De um lado, a queda nos indicadores econômicos, como consequência do isolamento social, decorreu da paralização das atividades econômicas, sobretudo do comércio e nas atividades educacionais (atividade preponderante nos centros urbanos), as quais interromperam boa parte dos fluxos circulantes em uma economia, da qual a administração pública faz parte e depende para bancar os gastos excepcionais com a crise sanitária. Há que se aduzir o fato de que a politização do vírus trouxe problemas importantes ao enfrentamento da epidemia, que atrasaram a resolução dos problemas dela decorrentes e agravaram o quadro econômico. Do outro lado, a preexistência de um aparato tecnológico, de provedores de internet e de redes e de canais de informação que até então eram usados, em situações excepcionais, nas negociações, nas reuniões de gerências regionais, nos pregões eletrônicos, entre outros, viabilizaram as salas de videoconferência, as quais, a partir da crise, se apresentaram como possibilidades mais massificadas a contornarem os óbices ao trabalho presencial, ao recuperarem boa parte da capacidade de faturamento e a retomada dos fluxos financeiros nas organizações. As modalidades de trabalho a distância, denominadas de teletrabalho (que requer o uso da tecnologia e das redes) e o home-office (tarefas realizadas sem uso da tecnologia) e as salas de educação em ambiente virtual foram intensamente utilizadas em mais de dois anos de pandemia, ainda que, mais recentemente, com a flexibilização das práticas de isolamento e o retorno às atividades presenciais, a utilização destes recursos venha a se manter combinando o presencial e o virtual. Na visão de vários estudos, esta é uma mudança que veio para ficar;
- A pandemia apontou o teletrabalho e o ensino remoto como um dos fatores potencialmente desagregantes do grande problema do planejamento nas grandes cidades, no futuro: a crescente exigência de mobilidade, as estratégias planejadas para enfrentar eventos inesperados e os cuidados com mudanças que vieram para ficar (Souza, 2021). Na visão deste estudo, com base nos achados dos autores pesquisados, a questão da mobilidade, do trânsito e dos transportes, no futuro, pode ser extremamente favorecida pelo revezamento do trabalho presencial com o teletrabalho ou com o *home-office* e com educação híbrida (presencial e virtual);
- Há, porém, aspectos destacados em alguns dos estudos integrantes da revisão, que alertam para a possibilidade de práticas insidiosas e prejudiciais aos trabalha-

dores que já podem estar ocorrendo na adoção do teletrabalho e do *home-office*, haja vista que este recurso pode beneficiar as organizações com as seguintes consequências: imposição de custos financeiros inerentes às exigências do teletrabalho (internet, energia, equipamentos); expropriação das horas de descanso, com a possibilidade de imposição de sobrecarga trabalho e de mecanismos de controle e comprometimento da remuneração de um trabalho, predominantemente, mal remunerado (Souza, 2021);

- A compensação de parte das perdas econômicas, veio com a dinamização das vendas pelo comércio eletrônico, em virtude de que o isolamento social e as restrições à mobilidade, impulsionaram as vendas de celulares, computadores, notebooks e assinaturas de provedores de internet. Outro aspecto importante a compensar perdas surgiu com ações empreendedoras relacionadas a serviços de entregas por encomendas (internet), as quais, em parte, atenuaram o drama de pessoas que sobreviviam do comércio informal nos centros e periferias das cidades;
- A pandemia despertou o sentido de sobrevivência nas organizações, na medida em que estas souberam se aproveitar das tecnologias disponíveis, dos canais de comunicação, do senso de oportunidade e capacidade de buscar soluções para os obstáculos que o coronavírus trouxe.

Finalizando, cumpre acrescer que todo o evoluir do trabalho, que ora se finda, remete a um reconhecimento dos papéis que as tecnologias, os canais de comunicação e de informação e a competência de pessoas em todos os segmentos da sociedade e ramos de atividades envidaram para que os impactos da grave crise sanitária fossem atenuados e permitisse chegar a uma análise acerca das incertezas que ela ainda impõe. Se as mudanças que ela trouxe serão definidoras de novos paradigmas, tal como questiona a proposta da pesquisa, só o tempo dirá. Afinal a crise ainda não está vencida. Acresça-se, também que este estudo apresenta limitações, no atinente à provisoriade de alguns achados, em virtude do fato de que em se tratando de uma revisão integrativa, ele é afetado pelo caráter de impermanência das análises que o embasaram.

Referências

- Auzan, A. A. (2020). The economy under the pandemic and afterwards. *Population and Economics* 4(2): 4–12, DOI 10.3897/popecon.4.e53403.
- Azevedo, A., Jr. Fake news e as eleições brasileiras de 2018: o uso da desinformação como estratégia de comunicação eleitoral. *Más Poder Local*, 44 (5), 81-108.
- Backes, D. A. P., Arias, M. I., Storopoli, J. E., & Ramos, H. R. (2020, Oct./Dec.). Los efectos de la pandemia de Covid-19 en las organizaciones: una mirada al futuro. *Editorial. Iberoamerican Journal of Strategic Management (IJSM)*, 19(4), 1-10. <https://doi.org/10.5585/riae.v19i4.18987>.
- Batista, D. G. P., Silveira, J. A. B., Neto, A. D. L., Azevedo, F. S., Santos, R. L. S., Almeida, S. B. S. e Melo, R. A. (2021, nov). A mobilidade ativa frente aos impactos do covid-19: uma busca por cidades mais sustentáveis e resilientes. *35 Congresso de Pesquisa e Ensino em Transporte da ANPET*, 384-395.

- Benach, J. (2021). We Must Take Advantage of This Pandemic to Make a Radical Social Change: The Coronavirus as a Global Health, Inequality, and Eco-Social Problem. *International Journal of Health Service*, 51(1) 50–54.
- Botelho, J.L.S.; Cardoso, F.S.F.; Oliveira, M.D.; Carmo, G.S.; Ruas, R.F.B. e Freitas, I.G.C. (2020). Cuidado do paciente na atenção primária: Contribuição da tecnologia durante uma pandemia. *Saúde Coletiva* (10) N.55, 2925-2929.
- Botelho, L. L. R; Cunha, C. C. A. e Macedo, M. (2011, mai-ago). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e Sociedade*, 5 (11) · P. 121-136.
- Cheng, C., Wang, H., & Ebrahimi, O. (2021). Adjustment to a “New Normal:” Coping Flexibility and Mental Health Issues During the COVID-19 Pandemic. *Frontiers in Psychiatry*, 12(3), 1-10.
- Costa, S. S. (2020, ago). Pandemia e desemprego no Brasil. *Revista de Administração Pública*, 54 (4), 969-978.
- Ferreira, J. S., Cavalcante, G. M. e Ribeiro, S. C. A. . (2021). Contribuições das tecnologias digitais no ensino remoto a partir da pandemia da Covid-19. *Revista Cocar*. 15(33), p.1-15.
- Gelfert, A. Fake News: A Definition.(2018). *Informal Logic*, Vol. 38, 1, pp. 84–117.
- Howe, D. C., Chauhan, R. S., Soderberg, A. T. & Buckley, M. R. (2021). *Organizational Dynamics* (2021) 50, 1—9.
- Jesus, R. S., Santos, P. P., Sousa, T. D., Oliveira, A. & Avelar, K. E. S. (2020). Os desafios do governo brasileiro para o enfrentamento da pandemia do coronavírus. *Revista Augustus*, 51 (25), jul-out, 31-55.
- Mancebo, D. (2020). Trabalho remoto na Educação Superior brasileira: efeitos e possibilidades no contexto da pandemia. *Revista USP • São Paulo • n. 127*, 105-116
- Moreira, W.C., Sousa, K. H. J.F., Sousa, A. R., Santana, T. S., Zeitoune, R. C. G., Nobrega & M. P. S. S. (2021). Mental health interventions implemented in the COVID-19 pandemic: what is the evidence? *Revista Brasileira de Enfermagem*, 74 (1), 1, 1- 9.
- Negri, F. de, Zucoloto, G., Miranda P. e Koeller, P. (2020, abr). *Ciência e Tecnologia frente à pandemia*. Centro de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, <https://www.ipea.gov.br/cts/pt/central-de-conteudo/artigos/artigos/182-corona>.
- Neto, R. B. G.(2020, abr). Impactos da covid-19 sobre a economia mundial. *Boletim de Conjuntura*, 2, 5, p. 113-127.
- Oliveira, S. C. S. A Subsistência no mundo pandêmico: uma análise do filme *Ensaio Sobre a Cegueira*. (2020). *Revista Direito no Cinema*, 3 (7) 1-8.
- Organização Panamericana de Saúde (OPAS). (2021). Análise de fake news veiculadas durante a pandemia de COVID-19 no Brasil, <https://iris.paho.org/handle/10665.2/53907>.
- Ornell, F., Schuc, J. B., Sordi, A. O. & Kessler, F. H. P. (2020, abr-jun) *Pandemia de Medo e Covid-19: Impacto na saúde mental e possíveis estratégias*. *Debates em Psiquiatria*, Editorial, 1-16.
- Pereira, MD, Oliveira, LC, Costa, CFT, Bezerra, CMO, Santos, CKA & Dantas, EHM (2020). The COVID-19 pandemic, social isolation, consequences on mental health and coping strategies: an integrative review. *Research, Society and Development*, 9(7): 1-35.
- Robles, M. A. G. (2020, sept). *Organizational Transformation during Covid-19*. *IEEE engineering management review*, 48 (3), 31-36.
- Schuchmann, A. Z., Schnorrenberger, B. L. , Chiquetti, M. E., Gaiki, R. S., Raimann, B. W. & Maeyama, M. A. (2020). Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19. *Brazilian Journal of health Review*, 3 (2), 3556 – 3576.
- Sharpe, T. S. (2020, abr). *Você não vai morrer sozinho: tecnologia e compaixão na pandemia Covid-19*. *Enfermagem em Foco*, 11 (Esp. 2), 52-54.
- Singu, S., Acharya, A., Challagundia, K. and Byrareddy, S. N. (2020, jul). Impact of social determinants of health on the emerging COVID-19 pandemic in the United States. *Frontiers in Public Health*, 8, 406, 1- 10.
- Soares, R. C., Correia, M. V. C. & Santos, V. M. (2021). Serviço Social na política de saúde no enfrentamento da pandemia da covid-19. *Serviço Social & Sociedade*, (140) • Jan-Apr 2021.
- Souza, F. S. (2021). *Jornadas Desiguais: da mobilidade urbana precária ao home office enquanto opção de fuga do tempo gasto no trânsito na área metropolitana do Rio de Janeiro*. *Espaço e Economia*, X (22), 1-19.
- Takenami, I., Palácio, M. A. V., & Oliveira, P. R. S.(2021). COVID-19 & Ciência: O valor do conhecimento em tempos de pandemia. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 5, e49010515120.
- Tomé, L. M. (2021, jul). *Comércio eletrônico x pandemia de coronavírus*. *Caderno Setorial ETENE*, 178, 1-6.
- UNESP. (2008, out-dez). *Tipos de revisão de literatura*. *Texto & Contexto – Enfermagem*, Florianópolis, 17 (4), Disponível em:<https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>.

Zarocostas, J. (2020, fev). How to fight an infodemic. *The Lancet, World Report*, 395, ISSUE 10225,
DOI:[https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30461-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30461-X).